



# 6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl

Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Educação e política social.

## AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PRESSUPOSTOS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO CAPITALISTA

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente estudo traz uma reflexão sobre as reformas no ensino superior em curso no Brasil, evidenciando as tendências que conformam um modelo de formação adequado às exigências do mercado e referendadas pelas orientações dos organismos internacionais. Inicia pela compreensão de alguns aspectos que caracterizam o capitalismo na fase atual, destacando que na produção de valores, a educação se converte em um grande e lucrativo mercado de compra e venda de serviços, com oferta de qualificações adequadas a servir às sofisticadas demandas do mercado. Trata-se de um estudo bibliográfico, ancorado na teoria social crítica, a qual procura analisar a temática em questão vinculada a uma processualidade histórica, marcada pelas contradições que marcam a política de ensino superior no atual contexto social.

**Palavras-chave:** Reorganização capitalista; Lei do valor; Mercantilização do ensino superior.

**Abstract:** This study brings a reflection on the reforms in higher education underway in Brazil, evidencing the trends that make up a model of training appropriate to market demands and endorsed by the guidelines of international organizations. It begins with the understanding of some aspects that characterize capitalism in the current phase, highlighting that in the production of values, education becomes a large and lucrative market for the purchase and sale of services, offering adequate qualifications to serve the sophisticated demands of the market. It is a bibliographical study, anchored in critical social theory, which seeks to analyze the subject matter in question linked to a historical process, marked by the contradictions that mark the policy of higher education in the current social context.

**Keywords:** Capitalist reorganization; Law of value; Commodification of higher education.

### Introdução

Este texto tem como proposta apontar algumas reflexões sobre a reconfiguração do ensino superior no Brasil e as tendências que evidenciam o aligeiramento da formação acadêmica com a assimilação de parâmetros empresariais

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus Apucarana e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN). E-mail: <lucianemaroneze@gmail.com>. Manifesto a concordância com a divulgação deste trabalho.

que tendem a redefinir as estruturas curriculares e a expansão mais acelerada do acesso a esse nível de ensino.

Nos estudos e pesquisas teóricas que visam problematizar o tema em questão, observa-se que os aspectos mercantis, reguladores da sociedade capitalista, tem sido um dos elementos destacados pelos pesquisadores ao situar os desdobramentos da reforma do ensino superior, em curso no país há mais de duas décadas. A definição de novos parâmetros e estruturas curriculares tem como base de orientação os princípios liberais centrados no empreendedorismo, na competitividade e no mérito individual associado ao poder de consumo, ou seja, características adequadas a lógica do trabalho instável e desregulamentado.

Num contexto em que o capitalismo não deixa sinais de dúvidas quando ao aprofundamento das mudanças no processo de produção com vistas a constante valorização, a educação assume papel estratégico para o reforço dos princípios liberais, como salienta Orso (2008, p. 51), “[...] a educação tende a refletir a sociedade que a produz, pois, expressa o nível de compreensão dos que a fazem, permitida pela sociedade de cada época, de acordo com a etapa de desenvolvimento e das relações sociais”.

Partindo desse entendimento, a reestruturação do ensino superior insere-se dentro de um complexo de arranjos que possibilita ao capital implementar suas estratégias expansionistas na busca pela produção de mais valor. Mediado nessas relações, inclui-se a atuação do Estado em implementar as orientações oriundas dos organismos internacionais que propalam a direção na qual devem ser conduzidas as reformas. Nesse sentido, coloca-se a relevância de caracterizar melhor as tendências que têm marcado a reconfiguração do ensino superior no Brasil nos anos de 1990 e no limiar deste século, bem como problematizar os desafios lançados as instituições públicas e a formação acadêmica, assimilada cada vez mais em sua medida de valor para composição dos lucros capitalistas.

Para refletir sobre essas questões, procurar-se-á explicitar inicialmente alguns aspectos que caracterizam o capitalismo na fase imperialista, destacando a sua lógica contraditória na manutenção dos lucros, evidenciando o caráter fetichista das relações sociais regulada pela crescente produção de mercadorias. Essa discussão é relevante para que num segundo momento, se possa compreender o contexto de redefinição do

ensino superior no Brasil e o caráter mercadológico que vem determinando cada vez mais a formação acadêmica.

### **1- Reorganização capitalista e a produção de mais valor**

A compreensão dos novos parâmetros de reformulação da política de ensino superior no Brasil no limiar deste século, não é e não deve ser suficientemente apreendida a partir de uma análise circunscrita aos aspectos fenomênicos da realidade, assim, destaca-se a relevância de compreender tal questão articulada ao novo estágio de reprodução do capital, marcado pela intensificação das forças produtivas e redefinição das necessidades humanas em necessidades cada vez mais lucrativas e vantajosas.

É nesse estágio imperialista que o capitalismo aumenta sua composição orgânica, ampliando os mercados, os padrões de desenvolvimento tecnológico e a apropriação da mais valia relativa, tornando o capital cada vez mais concentrado. Articulado a esse movimento, têm-se a implementação da reforma do ensino superior, cujo propósito alinhado ao setor econômico e aos interesses do mercado, reforçam o consenso em torno dos princípios liberais que visam a constante ampliação dos lucros. Como parte e expressão dessa lógica, constata-se os dados publicados em pesquisas acadêmicas<sup>2</sup> que apontam o crescimento expressivo da rede privada de ensino superior nas últimas décadas.

Uma das características da atual configuração do sistema capitalista tem sido o impulso acelerado da circulação do capital. Ampliar as fronteiras, expandir os mercados e intensificar o desenvolvimento das forças produtivas a partir de novos campos de atividades têm sido a tônica das relações sociais dentro do processo de circulação do capital.

Nesse sentido, a atual configuração do capitalismo vem sendo marcada pelo limite máximo de sua expansão, com o aumento da produtividade e menor emprego da força de trabalho, ou seja, aumento da produção de mercadorias a um custo menor e sob maior exploração de energia humana. Isso ocorre com o incremento das forças produtivas e a extração de mais valia relativa, que vai exigir força de trabalho

---

<sup>2</sup> Destaca-se aqui a pesquisa desenvolvida por Leher (2010), no artigo intitulado “Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu e pesquisa desenvolvida por Lima (2012) na discussão sobre a expansão da educação superior no Brasil na entrada deste século.

qualificada com intensidade no seu processo de exploração e absorção em menor quantidade.

Menegat (2012, p. 02) aponta que um dos elementos que alavancou esse processo de mudanças do capitalismo foi a terceira revolução tecno-científica, iniciada no pós-Segunda Guerra (1945) e consolidada nas décadas de 1970-80. Segundo o autor, ela resulta de uma lei essencial desta sociedade que na busca de mais lucros, precisa revolucionar constantemente as forças produtivas, com interferências no mundo do trabalho.

A organização produtiva do capital, que determina o tempo de vida útil dos produtos e sua substituição pela constante incorporação de novas tecnologias, a exemplo dos computadores, produtos eletrônicos e celulares, impõem num movimento contraditório algumas barreiras a sua própria expansão como salienta Kurz (2017, p. 20)

[...] o capitalismo não pode retornar do nível da microeletrônica ao nível da máquina a vapor. Um novo aumento do valor torna-se cada vez mais difícil perante níveis de produtividade cada vez mais elevados e, conseqüentemente, com uma substância de trabalho abstracto cada vez menor (KURZ, 2017, p. 20).

A lógica contraditória que impulsiona a produção de mais valor, responde ao mesmo tempo pela depreciação dos lucros pretendidos pelo capitalista, ou seja, à medida que esses lucros não são obtidos, o capital reage impondo contratendências de desvalorização que implicam em inevitáveis crises. Nesse sentido, crises não quer dizer possibilidade de falência do capital, como assinala Mészáros (2002, p. 795) elas são “[...] o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas”. Para o autor, a expansão da produção não está necessariamente ligada a necessidade humana, mas somente ao imperativo de realização do capital que no estágio atual de desenvolvimento se depara com os limites de sua capacidade civilizatória, caracterizado por uma crise estrutural.

Já nos termos de Bernardo (2009, p.161) as crises não têm motivações próprias, assim, “Uma crise não é senão o agravamento do funcionamento de um sistema contraditório e as suas causas não diferem de todas as contradições do próprio sistema”. O autor afirma que não há um modelo geral no qual se possa formular uma teoria da crise, em outras palavras, não é possível definir regularidades para crise nos diferentes

ciclos econômicos, estas podem variar de intensidade e amplitude, é a relação da taxa de lucro com a reprodução do capital que permite afirmar a existência da crise.

Pensando-se na sociedade, muitos são os problemas decorrentes dessa crise, o crescimento do desemprego é uma das expressões mais notórias das alterações que ocorrem na composição orgânica do capital, interfere na redução do consumo e, conseqüentemente, nas taxas de lucro. Além disso, nesse estágio do capital, a própria dinâmica do mercado faz com que grandes corporações multinacionais, interessadas em obter melhores vantagens competitivas, procurem alocar seus investimentos em países com melhor desenvolvimento tecnológico e científico, como salienta Bernardo (2009, p. 20) “O crescimento do capital não se obtém explorando a miséria mas explorando a força de trabalho mais produtiva, que é igualmente a mais bem paga e habita em países ou em regiões com melhores infra-estruturas”.

Nessa direção, Menegat (2012, p. 4) destaca que os países em desenvolvimento podem até produzir produtos primários com capital e alta tecnologia importada, mas não são capazes de concorrer na produção dessa mesma tecnologia, caracterizada pelo conhecimento teórico científico e a sua transformação em meios de produção e produto, o que, segundo autor, exige, para essa finalidade, uma complexa rede de laboratórios e recursos de pesquisa.

Observa-se que o capital passa a necessitar cada vez mais de trabalhadores com novo tipo de qualificação, assim, no âmbito da ciência e da produção de conhecimento há uma busca constante em resultados que possam se materializar em novos valores de troca, tendo em vista a ampliação dos lucros.

O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas “[...] A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial” (HARVEY, 1996, p. 151).

Aliado a questão tecnológica investida pelas grandes corporações multinacionais, há um reforço aos valores liberais, apoiados no individualismo, na competitividade, no empreendedorismo e na meritocracia. São esses valores que referenciam a política do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a qual, por

sua vez, orientam as diretrizes a serem implementadas nas políticas sociais dos países em desenvolvimento.

No Brasil, os traços estruturais do modo de produção capitalista se acentuaram-se nos últimos anos com o crescimento do desemprego, precarização das relações de trabalho e retração do gasto público. Paralelo a isso, houve um retorno a economia baseada na produção de produtos primários, com baixo desenvolvimento tecnológico, reforçando a subalternidade em relação aos países centrais, como ressalta Menegat (2012, p. 6) “O Brasil aprofundou o seu caráter de país dependente e submisso aos centros econômicos do mundo. Com uma economia oligopolizada e fortemente desnacionalizada, depende como nunca dos interesses das grandes corporações multinacionais”.

São essas corporações que vem ditando aos Estados Nacionais o modo como a economia deve ser regulada. Netto (2012) em artigo intitulado “Crise do capital e consequências societárias”, aponta que a influência das corporações imperialistas na atuação do Estado vem interferindo no seu redimensionamento, visando a liquidação dos direitos sociais e do fundo público. O autor chama atenção ao fato de que forças opositivas ao grande capital têm incorporado o antiestatismo como movimento de priorização da sociedade civil, com resultados que se evidenciam em dois fenômenos: a centralidade na sociedade civil em assumir responsabilidades de competência do Estado e a redução das lutas democráticas dirigidas às instituições estatais. A assimilação desse antiestatismo tem corroborado para um processo de despolíticação dos espaços sociais e um reforço aos valores liberais e conservadores que expressam a atual organização do capital.

Cabe destacar que esses fenômenos não atingem igualmente os países do globo, é preciso fazer uma distinção entre Estados centrais e Estados periféricos, considerando os diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos que tencionam essas diferentes formações sócio históricas. Situando a conjuntura brasileira na primeira década deste século, caracterizada segundo Gonçalves (2012) pela desindustrialização, dependência tecnológica, exportações de produtos primários, e formação de superávit para remuneração de capital financeiro, verifica-se que esses fenômenos adquiriram dimensões mais complexas, inclusive para se pensar as tendências que configuram as políticas sociais na atualidade.

Mediado nesse contexto, o Estado brasileiro manteve nesses últimos anos a agenda de reformas vinculadas ao modelo liberal periférico que, segundo Gonçalves (2012) caracterizou-se pela centralidade do capital e da lógica financeira na dinâmica macroeconômica. O compromisso com a função estabilizadora da economia se deu mediante a implementação de ajustes nas políticas sociais, com a privatização de empresas estatais e desregulamentação do mercado de trabalho que possibilitou maior intensificação das formas de exploração da mais valia relativa.

As medidas adotadas pelo Estado para viabilizar a mobilidade do capital financeiro, incluíram acordos com os organismos internacionais e o cumprimento de condicionalidade expressas nas reformulações das diretrizes que orientam as políticas sociais.

No que tange ao ensino superior brasileiro, as últimas décadas foram pródigas na implementação de reformas que visaram a ampliação do setor privado, o estímulo a certificação ofertada em cursos de rápida duração, com formatos mais flexíveis e na modalidade a distância. Esses aspectos fazem parte de uma lógica que atribui a educação às competências para a formulação de capital humano e social, indispensável ao constante aprimoramento das forças produtivas do capital.

## **2-As reformas do ensino superior no curso de expansão do capital**

É no bojo das complexas relações de reorganização do capital em sua fase imperialista que ocorre o desenvolvimento da educação superior no Brasil, ou seja, um desenvolvimento que, segundo Lima (2012, p. 04) é “[...]atravessado e constituído pelas relações econômicas, políticas e ideo-culturais estabelecidas historicamente em nossa formação econômico-social”, que interferem na direção social e crítica da formação profissional à medida que estabelecem consensos em torno de diferentes projetos societários que tencionam as contradições que permeiam a educação superior brasileira.

Complementando esse pensamento, a educação não ocorre num espaço social vazio, ao contrário, ela é produto social, “[...]. Assim, em cada época e em cada sociedade, a educação ‘reflete’ as condições do desenvolvimento social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de forças entre as classes envolvidas” (ORSO, 2008, p. 55)

Nesse sentido, a compreensão do quadro atual de desmantelamento do ensino superior público e de conseqüente avanços no seu empresariamento, deve levar em consideração o processo de desenvolvimento do capital, incluindo suas crises e as necessidades de reorganizar a produção e expansão dos mercados. Isso permite compreender que os investimentos no setor educacional, para mais ou para menos, são negociados em razão dos interesses envolvidos no mercado em âmbito mundial.

Imbuídos nessa discussão, autores como: Lima (2012); Leher (2010); Silva Júnior (2007) chamam atenção para a agenda política proposta pelo Banco Mundial, salientam as medidas que visam favorecer a ampliação do ensino superior privado e a definição de novos parâmetros curriculares que devem orientar a formação do perfil da força de trabalho requisitada pelo mercado.

No estudo sobre a expansão da educação superior no Brasil na primeira década deste século, Lima (2012) faz importantes apontamentos que auxiliam a compreender melhor o contexto de redefinição das medidas que incidem sobre esse nível de ensino. Salienta que a partir da emergência do desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão da educação superior passou a se constituir como uma exigência do próprio capital, seja em razão da qualificação da força de trabalho para responder as mudanças na produção, seja para difundir a ideologia burguesa, traduzida em uma suposta imagem de política inclusiva.

Na fase imperialista do capital, Lima (2012) destaca que essa expansão está vinculada a três necessidades do sistema produtivo, qual seja: I- a subordinação da ciência à lógica mercantil, que nos países capitalistas dependentes ocorre através da venda de serviços educacionais no formato de cursos pagos e ou na parceria universidade-empresas que focam a produção de conhecimentos voltados para ciência, tecnologia e inovação; II- a formação de novos campos de lucratividade que se traduz no crescimento de instituições de ensino superior privadas, sendo um campo atrativo de investimento para as frações internacionais e locais da nova burguesia; III- e a necessidade de propor estratégias de obtenção de consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade, com a defesa do ideário neoliberal. Uma dessas estratégias se expressa



na pretensa “democratização” do acesso à educação, pela via da propalada *educação terciária*<sup>3</sup> (LIMA, 2012, p. 2, grifos da autora).

A viabilização dessas necessidades articuladas a expansão da educação superior ocorreu e vem ocorrendo sob a atuação do Estado, com a implementação das reformas econômicas de caráter neoliberal, encampadas no governo de FHC e seguidas no governo Lula e Dilma, com ressalva às devidas particularidades. Nesse bojo, inclui-se as instâncias reguladoras como Ministério da Educação- MEC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira –INEP e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES que cumprem o papel preponderante no acompanhamento das instituições universitárias, definindo parâmetros de avaliação e implementando diretrizes e linhas de ação em consonância com os interesses do capital internacional.

Cabe destacar que os novos arranjos que tem reconfigurado a educação superior não possui uma linearidade e não se traduz em um único e exclusivo aspecto, ao contrário, as reformas em curso abrangem vários elementos que vão desde a gestão, financiamento, dinâmicas organizativas e planos curriculares, cuja intensidade e dimensão estão em estreita relação com a política econômica vigente, a qual, por sua vez, converge com a política do banco Mundial.

Se nos anos de 1990 afirma-se a lógica privatista da educação superior, com a mercantilização interna das IES e ampliação e diversificação institucional obtida por meio de regulações mais flexíveis nos seus processos de criação, no início deste século, Cislighi (2011) assinala que a reforma entra numa nova fase, com a definição de novos parâmetros, estruturas curriculares, expansão e acesso mais rápido ao ensino superior, ou seja, as tendências a privatização e certificação em larga foram mantidas com um processo acentuado de corrosão das universidades públicas mediante a privatização interna, “[...] operada através da venda de “serviços educacionais”, como cursos pagos

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma noção que vem sendo difundida historicamente pelos organismos internacionais, mas que na primeira década deste século ganha novos contornos. Com o emprego deste termo, o “[...] BM difunde a concepção de que qualquer curso pós-médio, curso de curta duração ou curso a distância pode ser considerado como *educação terciária*. Uma noção que aprofunda e amplia a política de diversificação das IES e dos cursos defendida pelo Banco desde os anos de 1990 sob a aparência de “democratização” do acesso à educação superior” (LIMA, 2012, p. 02)

(lato sensu) e parcerias entre empresas e universidades públicas para o desenvolvimento de pesquisas e assessorias” (LIMA, 2012, p. 16).

Nesse contexto, o que se verifica é o interesse do mercado se sobrepondo ao trabalho acadêmico, com a imposição de novos parâmetros de formação da força de trabalho e a descaracterização da universidade como campo de produção do conhecimento. As novas modalidades de formação acadêmica expressas em cursos de educação profissional, formação técnica, restrita ao desenvolvimento de habilidades para o trabalho, conformam um verdadeiro *menu* que pode ser acessado de acordo com o gosto e preferência do cliente.

O que está em questão, com essa política de expansão desmensurada e alteração das estruturas da universidade, é uma mudança no sentido e conceituação de universidade. Trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção e titulação (BOSCHETTI, 2016, p. 18).

Os programas implementados pelo governo nesse período, entre os quais destaca-se aqui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni<sup>4</sup>, traz em suas proposições a racionalidade da lógica liberal para a educação superior e a possibilidade de materialização da “Universidade Nova<sup>5</sup>”, com a formulação de uma nova arquitetura de organização curricular dos cursos de graduação, planejada nos moldes do sistema educacional norte-americano e europeu, obviamente não desvinculados das intenções políticas e econômicas do Banco Mundial.

---

<sup>4</sup> Instituído pelo Decreto n.6.096, de 24 de abril de 2007, define metas rígidas de desempenho como contrapartidas financeiras para as Instituições Federais que queiram aderir ao programa. Na análise sobre o Reuni, Lima (2011, p. 92) evidencia de que forma e com que conteúdo a expansão do acesso à educação superior vem ocorrendo no país. Segundo a autora, “Trata-se do tripé: aligeiramento da formação profissional (cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da intensificação do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em “instituições de ensino terciário”

<sup>5</sup> De acordo com Lima et al (2008, p. 23), “A possibilidade de materialização da “Universidade Nova” surge com a publicação do Decreto n°. 6.096, de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)”. Segundo os autores, apesar do programa anunciar boas intenções, na verdade trata-se de estabelecer uma política que procura apoiar a adesão a um novo modelo de universidade, pautada na concorrência, e uma nova relação de trabalho com os professores.

Analisando o projeto que regulamentam a Universidade Nova, Cislighi (2011), destaca que ele parte do pressuposto de que as reformas universitárias no Brasil são parciais porque tratam da gestão, regulação, financiamento e acesso, entretanto, não mexem nas estruturas curriculares. Nesse sentido, o projeto Universidade Nova coloca a importância de alinhar o ensino superior brasileiro as atuais mudanças da sociedade global, com a perspectiva de modernizá-lo e torná-lo mais competitivo. Considerando esses aspectos, a autora chama atenção ao fato de que o projeto faz referência ao documento da Unesco elaborado em 1998 a partir do Congresso Mundial sobre Ensino Superior, o qual prescreve as competências que o mercado de trabalho espera dos egressos do ensino superior, tais como: flexibilidade, capacidade de enfrentar as incertezas, espírito empreendedor, capacidade de aprender ao longo da vida, desenvolvimento de competências genéricas em variados campos do conhecimento (CISLAGHI, 2011).

A análise do Reuni e de outros programas que foram implementados no período, incluindo as legislações, medidas provisórias, decretos e projetos de lei fornecem elementos necessários para compreender a direção desejada com a reforma do ensino. Ao lançar mão de valores que supostamente conduziram a modernização e democratização, consolida na verdade, um discurso e uma prática favorável as estratégias de recuperação dos lucros, sobretudo em um contexto no qual o capital se depara com seus limites absolutos. Nesse sentido, a educação superior se mostra como mais um campo atrativo para investimentos, como salienta Leher (2010, p. 380)

[...] na educação superior a aliança com os representantes do capital se verifica como axial. Não apenas a chamada burguesia de serviços se beneficia dessa aliança, situação evidente no caso do ProUni e do Fies, mas outras frações relacionadas com as indústrias e com as *commodities* igualmente têm relevante influência na definição do modelo de ciência e tecnologia do país (LEHER, 2010, p. 380).

O investimento do mercado no campo educacional não ocorre de forma isolada, o Estado cumpre papel importante para esse avanço, assim, na contramão dos valores que referendam a universidade pública, o que ocorre é o seu dismantelamento e precarização com os recursos minguados que interferem no incentivo a pesquisa e na carreira docente, na lógica apoiada na relação custo-benefício que se expressa no aumento do número de alunos por sala e no produtivismo acadêmico, vinculado, em sua

grande maioria, a exigências ditadas pelos órgãos de fomento à pesquisa. Essas condições à medida que acentuam a degradação da universidade e do conhecimento, interferem também na autonomia universitária que se desloca das relações mais amplas entre Estado e sociedade para se restringir a capacidade de operar os recursos financeiros de modo mais eficiente.

O avanço do mercado no campo educacional explicita a tendência a precarização do ensino e o estabelecimento de consensos em torno de valores liberais ancorados na racionalidade, no individualismo, na competitividade e na meritocracia. Esses valores, que estão a arruinar a liberdade acadêmica, têm estado presente na pauta dos organismos internacionais e orientado a revisão dos currículos, dando direção ao perfil de trabalhador que se deseja formar.

No documento da Unesco, intitulado Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior (1999) têm-se a seguinte proposição,

[...] o ensino superior deve desenvolver atitudes pró-ativas frente ao mercado de trabalho e ao nascimento de novas áreas e formas de trabalho. Deve prestar atenção às maiores mudanças no mercado de trabalho, para adaptá-las aos currículos e à organização dos estudos para circunstâncias cambiantes, e dessa forma assegurar maiores oportunidades de emprego para os graduados. Mais importante, contudo, o ensino superior deve contribuir para formar os mercados de trabalho do futuro, seja através de suas funções tradicionais, seja através da ajuda para identificar novas necessidades regionais e locais, que levem a um desenvolvimento humano sustentável. Colocando a questão sucintamente, nas ocasiões em que a equação ‘diploma=trabalho’ não se aplica mais, espera-se que o ensino superior produza graduados que não sejam somente indivíduos procurando trabalho, mas também *entrepreneurs* e criadores de emprego de sucesso (UNESCO, 1999, p. 54-55)

As orientações prescritas no documento destacam a centralidade do mercado de trabalho, é nele que devem convergir os esforços do ensino superior em formar quadros de profissionais aptos a lidar com as incertezas do mundo do trabalho. Como a certificação não garante que haverá empregos para todos, a aposta se faz na criatividade enquanto iniciativa e mérito de cada um e na “educação ao longo da vida”.

Lima et al (2009) salientam que no contexto das reformas educacionais, a formação universitária tornou-se o foco de planos e diretrizes do modelo de políticas educacionais para os países em desenvolvimento. Isso impulsionou a substituição dos antigos currículos mínimos - considerados pelo MEC como rígidos, ultrapassados e

responsáveis pela evasão de alunos dos cursos de graduação – por currículos mais flexíveis.

Essa flexibilidade se coloca na direção de ofertar conteúdos rápidos, simplificados, de qualidade questionável, traduzidos no pensamento acrítico e nas práticas mecanicistas que desqualificam a formação e reforçam o ethos individual, impondo barreiras a organização acadêmica numa perspectiva política e coletiva.

As alterações nos currículos fazem parte dessa lógica, na qual as práticas de gestão são empreendidas considerando as universidades públicas como espaço empresarial e a formação como decorrência deste espaço. Como salienta Silva (2010, p. 425) “A tradição intelectual burguesa conduz à produção de um conhecimento rígido e engessado que se torna instrumento estratégico e fundamental para a reprodução ampliada das relações sociais”. No contexto das reformas, essa colocação fica ainda mais evidente, sobretudo com o ritmo e intensidade no qual vem ocorrendo o rebaixamento do ensino superior e o consequente esvaziamento da formação profissional.

O crescimento do ensino superior privado, a partir de um suposto discurso de democratização do acesso, bem como as reformulações que ocorrem no âmbito da gestão, financiamento, organização e planejamento, à medida que favorecem a educação terciária, produtora de mão de obra de baixo custo, estabelece o consenso em preservar os interesses gerais da classe burguesa. Dado a complexidade das relações sociais que caracterizam a conjuntura atual, as estratégias possíveis de um “contra-consenso” frente as reformas da educação superior, devem explicitar no âmbito das lutas de classe, às contradições do capital e reforçar a universidade pública, como um dos movimentos de força social crítica.

### **Considerações Finais**

Com base nas reflexões desenvolvidas aqui, verifica-se que a compreensão das reformulações que vem ocorrendo no ensino superior público brasileiro, sobretudo a direção que tem sido dada a formação profissional, a partir da redefinição dos currículos em nível nacional, requer situar o modo como o capital, em sua composição orgânica, vem se reorganizando na busca pela produção constante de mais valor.

A necessidade de buscar novos padrões de consumo significa, nesse estágio, capacidade de máxima exploração da força de trabalho, a qual se requisita certificações de qualidade que possam atender as exigências do mercado, especialmente com o desemprego estrutural. Isso coloca para a educação superior brasileira um novo e estratégico papel representado na capacidade de o capital estender seus mercados e qualificar a força de trabalho em sintonia com as demandas do setor industrial.

Nas últimas décadas observa-se que as reformulações implementadas na política de ensino superior, em sintonia com as orientações do Banco Mundial, permitiram tanto a expansão do ensino privado, quanto a intensificação de estratégias de privatização interna das universidades públicas que enfrentam diariamente a política de cortes e ajustes. Nessa direção, caminha-se a formação profissional, como um dos objetivos da reforma. As “inovações dos planos curriculares” colocam a flexibilização e a importância do conhecimento prático, técnico e pragmático como pressuposto para o desenvolvimento de competência e para alcance de padrões de qualidade no ensino. Trata-se de um processo que esvazia a construção do conhecimento e descaracteriza a Universidade.

Nesse sentido, problematizar esse contexto, é colocar em questão a lógica dos programas federais que ressoam nas Universidades públicas, a exemplo da Universidade Nova que trazem em suas orientações os valores liberais que referendam o padrão de sociabilidade capitalista. É preciso que esse processo de desqualificação da educação superior pública no país seja amplamente discutido nos espaços coletivos, e que os valores que legitimam a universidade pública sejam colocados em relevo, num movimento de contraposição à educação dual e mercadológica que vem redefinindo os espaços acadêmicos de construção crítica do saber.

## **Referências**

BERNARDO, J. Perspectivas do capitalismo na actual crise económica. **Passa Palavra**, 2 fev. 2009. Disponível: <<http://passapalavra.info/2009/02/119>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BOSCHETTI, I. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M, dos; et al. (Org). **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1.

CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreforma do ensino superior: impactos das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.106, p. 241-266, abr./jun. 2011.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112, p. 637-665, out./dez.2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

KURZ, R. **A teoria de Marx, a crise e a abolição do capitalismo**. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz363.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, P. de A; et al. (Org.). **Os anos Lula: contribuições para o debate crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-418.

LIMA, A. B. de; et al. (Org.). Reforma e Qualidade da Educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C (Orgs.). **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo educacional**. Campinas: Librum, 2014.

LIMA, L; AZEVEDO, M.L.N.de; CATANI, A.M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, V. 13, n.1, p.7-37, mar.2008.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L.D; ALMEIDA, N.L.T. (Org.). **Serviço social e Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26.

LIMA, K. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n.1, p.86-94, jan./jun.2011.

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? In: **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 1-22.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 795-810.

NETTO, J. P. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.111, p. 413-449, jul./set.2012.

ORSO, P.J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, P.J; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-64.

SÍLVA JUNIOR, J.R. Reforma Universitária: a nova forma histórica das esferas públicas e privada no início do século XXI. In: ORSO, P. J; et al. (Orgs.). **Educação, sociedade de classe e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, R. S. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.103, p.405- 432, julh/set, 2010.

UNESCO. **Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.